

NOTA DO AUTOR À 3.^a EDIÇÃO

Não é sem grande alegria que se passa às mãos do leitor a 3.^a edição desta obra pioneira *Bem Jurídico-Penal e Constituição*.

Foi pela vez primeira publicada, nos idos de 1996, como resultado de estudo científico para *titularidade* em Direito Penal na Universidade Estadual de Maringá. Desde então, além da 2.^a edição publicada em 1997, e de inúmeras tiragens, tem sido objeto de referência em pesquisas versando sobre a matéria.

Isso só vem a atestar sua grande aceitação nos meios acadêmicos e profissionais de todo o País.

Passados praticamente seis anos da última edição, faz-se necessária agora sua revisão e ampliação, com maior aprofundamento científico e novos encaminhamentos político-criminais.

Assim procura-se adensar, em exame objetivo e claro, a problemática da fórmula conceitual *Estado Democrático e Social de Direito* o conceito e as características do bem jurídico, do objeto da ação e do substrato do bem jurídico, bem como sua distinção da ideia de função, razão ou motivo da intervenção penal.

Demais disso, agregam-se também breves considerações conceituais sobre a noção de bem jurídico-penal metaindividual ou transindividual.

É o bastante.

Maringá, inverno de 2003.

LUIZ REGIS PRADO

Professor Titular de Direito Penal

SUMÁRIO

Prefácio à 1. ^a edição – JOSÉ CEREZO MIR.....	9
Apresentação à 1. ^a edição – JUAREZ TAVARES	13
Nota do autor à 3. ^a edição	17
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	21
2. EVOLUÇÃO CONCEITUAL E FUNÇÕES DO BEM JURÍ- DICO.....	29
2.1 Síntese evolutiva	29
2.2 Teorias sociológicas	41
2.3 Conceito de bem jurídico	46
2.3.1 Bem jurídico e objeto da conduta: delimitação.....	51
2.4 Funções do bem jurídico	61
3. BEM JURÍDICO-PENAL E CONSTITUIÇÃO.....	64
3.1 Teorias constitucionais	64
3.2 Princípios penais fundamentais e bem jurídico.....	68
3.2.1 Princípio da legalidade ou da reserva legal.....	70
3.2.1.1 Conteúdo e fundamento	70
3.2.1.2 Garantias e consequências	73
3.2.2 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	77
3.2.3 Princípio da culpabilidade	79
3.2.4 Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	83
3.2.5 Princípios da intervenção mínima e da fragmenta- riedade.....	85
3.2.6 Princípios da personalidade e da individualização da pena	88
3.2.7 Princípio da proporcionalidade.....	89
3.2.8 Princípio da humanidade	93
3.2.9 Princípio da adequação social	96
3.2.10 Princípio da insignificância	102

3.2.11 Princípio do <i>ne bis in idem</i>	106
3.2.12 Princípio da segurança jurídica	110
3.3 Bem jurídico e Estado democrático e social de Direito	112
3.4 Noção material-constitucional de bem jurídico	128
3.4.1 Perspectiva metodológica complementar.....	149
3.4.2 Aspectos peculiares do bem jurídico-penal.....	150
BIBLIOGRAFIA	161
OBRAS DO AUTOR	173